MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado

PLANO DE TRABALHO Nº 01/2026 DO TED Nº 19/2026

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado
Nome da autoridade competente:	Francisco Gaetani
Número do CPF:	297.500.916-04
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	200285 - COORDENAÇÃO GERAL DE TRANSFERÊNCIAS
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	200444 - Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Universidade Federal de Minas Gerais
Nome da autoridade competente:	Alessandro Fernandes Moreira
Número do CPF:	546.747.196-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Faculdade de Ciências Econômicas

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	153062 - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	153283 - FACE

3. OBJETO:

O presente Termo de Execução Descentralizada (TED) tem como objeto a elaboração de estudo para desenvolvimento de estratégia de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono para a Amazônia à luz das tendências recentes e dos processos de ocupação territorial da região. Tal elaboração será executada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado (SETE) do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Objetivo Geral

Elaboração de estudo para desenvolvimento de estratégia de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono para a Amazônia à luz das tendências recentes e dos processos de ocupação territorial da região.

Objetivos específicos:

1. Mapear a ocupação populacional e territorial da Amazônia brasileira
2. Mapear e analisar os conflitos fundiários e dos cadastros de uso da terra na região
3. Mapear e apresentar a evolução do uso e ocupação do solo na Amazônia brasileira
4. Apresentar um diagnóstico da socio-bioeconomia da região
5. Avaliar a inserção territorial da rede urbana da Amazônia brasileira e avaliar suas conexões
6. Analisar como a região poderá se inserir em um contexto de expansão do mercado de carbono e como isso poderia possibilitar o desenvolvimento de nova inserção produtiva para a região em um cenário de pressões ambientais crescentes
7. Propor cenários de crescimento e transições alternativos

O estudo está dividido em três blocos, um primeiro bloco apresenta um diagnóstico atualizado da situação da Amazônia brasileira a partir de diferentes recortes: populacional e sócio-econômico. A partir desse diagnóstico de caráter amplo, o estudo constrói alguns cenários, com vistas a gerar subsídios para o desenvolvimento de uma estratégia mais ampla para pensar o desenvolvimento da região. Por fim, é apresenta uma síntese final onde são indicados os principais eixos que deveriam delinear um Plano Estratégico para o desenvolvimento da região. Seguem as metas do presente projeto:

Fase 1: Diagnóstico Socioeconômico da Região Amazônica

Esta fase tem como objetivo apresentar um diagnóstico atual e detalhado da situação socioeconômica da região, abarcando elementos populacionais, econômicos e socioambientais de forma a contribuir para uma proposta futura de novos marcos institucionais capazes de delinear um novo modelo de exploração sustentável da Amazônia.

Para isto, o presente projeto lança mão de evidências empíricas e métodos de quantificação consistentes para sustentar que:

1) a preservação da floresta pode ser compatível com atividades tradicionais, em especial agropecuária e mineração, e com infraestruturas para a população local e atividades econômicas não residenciais (“bases exportadoras”);

2) a preservação pode viabilizar um novo modo de uso dos recursos naturais da floresta que efetivamente assuma, ao longo do tempo, o comando da forma de ocupação do território amazônico. Ainda que os usos tradicionais continuarão a ocupar partes significativas do território, consideramos realista planejar uma transição sobre o “comando do território” para atividades de maior valor agregado intensivas em conhecimento, que gradativamente podem ir desenhando os novos contornos da ocupação.

Um estudo sobre o “desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono” tem duplo sentido, a realização de um “diagnóstico” e a construção de um “mapa de

oportunidades de investimentos". Neste primeiro momento, o enfoque maior será na realização de um diagnóstico e de um inventário realista da situação da região, que contemple os espaços já conquistados de preservação e o processo de ocupação e desmatamento atual, em grande parte irreversível, que necessariamente envolva uma análise das políticas de intervenção para o "bem" e para o "mal" da região.

A família de políticas do "bem" acumulou forças ao longo das últimas três décadas com a consolidação da democracia e a estabilização monetária a partir do Plano Real. Por sua vez, a família de políticas do "mal" representa a "doença crônica" da ocupação do território historicamente desordenada e predatória. Essas políticas são a inércia institucional do modo de ocupação da região. Como toda inércia institucional, sua sustentação vem de uma engrenagem muito bem estabelecida das forças políticas pró desmatamento. Para efeito do modelo a ser proposto para esse estudo, o "diagnóstico" representa o "cenário de referência" para parametrizar as políticas "desejadas". Para que o modelo possa interpretar bem a realidade amazônica é necessário que o "cenário de referência" vá além das informações da situação dos recortes territoriais estabelecidos, unidade da federação, mesorregião, microrregião e municípios. Para captar as nuances dos territórios reais é necessário trazer os atores para o palco do diagnóstico, buscando captar os conflitos e interesses do campo de forças do complexo mosaico que atua e vive no território. Esses atores são peças que efetivamente já estão jogando no tabuleiro da Amazônia. De outo lado, o "inventário" situacional só tem sentido prático de for usado como base para avistar um futuro mais promissor para a região, tanto o mais imediato como o mais longínquo. Estamos convencidos de que o futuro da Amazônia depende do aproveitamento da janela de oportunidade constituída pela agenda ambiental internacional - ainda que momentaneamente em refluxo - e pelo novo paradigma técnico-científico em gestação na economia mundial. Esta janela permite colocar a economia de baixo carbono - biodiversidade da floresta e sistemas produtivos agropecuários e minerários sustentáveis - no centro da exploração amazônica, estabelecendo-a em sintonia com o conjunto integrado de tecnologias que vai liderar a nova onda do ciclo de expansão econômica mundial. Este novo paradigma também permitiria repensar as áreas urbanas, promovendo uma transformação considerável destes espaços, inclusive como forma de garantir a sustentabilidade da floresta.

Fase 2: Modelagem e cenários

O diagnóstico permitirá a construção de um cenário básico sob o qual serão aplicadas restrições e/ou liberdades de forma a avaliar o impacto da adoção de um conjunto de medidas para a região, de forma que o impacto sobre a região possa ser mensurado em termos de suas perdas e ganhos.

Para isso a abordagem principal será a adoção de um modelo de EGC cujo objetivo é fornecer estimativas quantitativas do impacto econômico regional das diferentes dimensões que serão abordadas: investimentos, infraestrutura, bioeconomia, transição energética e controles do desmatamento. O modelo deste estudo partirá da experiencia acumulada no Cedeplar-UFMG, em especial modelos inter-regionais relacionados a uso do solo e emissões de gases de efeito estufa (Domingues et al, 2011a, 2011b; Carvalho et al, 2016,2017). Exemplo recente da utilização desse tipo de modelo no caso da Amazonia está no estudo no qual a equipe do Cedeplar participou, no tema da Nova Economia da Amazonia e perspectivas da bioeconomia (Nobre et al, 2023).

Fase 3: Recomendações e Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Proposição de recomendações e diretrizes sintéticas que permitam a proposição de uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono para a região.

Produtos esperados:

O tempo total de desenvolvimento da pesquisa é de 08 meses e são esperados os seguintes produtos:

- Produto 1: Plano de trabalho detalhado, com cronograma de atividades (Relatório 1)
    - Ações: Elaboração de Plano de Trabalho detalhado, com cronograma de atividades
- Produto 2: Diagnóstico Socioeconômico da Região Amazônica (Relatório 2)

    - Ações: Apresentação de um diagnóstico atual e detalhado da situação socioeconômica da região
- Produto 3: Modelagem e cenários (Relatório 3)
    - Ações: adoção de um modelo de EGC cujo objetivo é fornecer estimativas quantitativas do impacto econômico regional das diferentes dimensões que serão abordadas: investimentos, infraestrutura, bioeconomia, transição energética e controles do desmatamento.
- Produto 4: Recomendações e Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Relatório 4)
    - Ações: Proposição de recomendações e diretrizes sintéticas que permitam a proposição de uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono para a região.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Nos termos do Decreto 12.904/2026, compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) promover uma gestão pública eficiente, eficaz, efetiva e inovadora para geração de valor público e redução das desigualdades. Nesse contexto, cabe à Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado promover e coordenar estudos e discussões sobre a transformação do Estado, por meio de medidas sobre organização administrativa, servidores, empregados, tecnologia e prestação de serviços públicos.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é amplamente reconhecida como uma das principais instituições de ensino e pesquisa do país, apresentando elevado desempenho nos sistemas nacionais e internacionais de avaliação acadêmica. A universidade possui ampla tradição na produção de conhecimento científico em diversas áreas, contando com centenas de grupos de pesquisa registrados no CNPq e programas de pós-graduação bem avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

No âmbito da UFMG, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) constitui um dos principais centros de formação e pesquisa em economia, administração e políticas públicas no país. Vinculado à FACE, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) é referência nacional e internacional nas áreas de economia, demografia e desenvolvimento regional, reunindo pesquisadores com ampla experiência em estudos aplicados sobre dinâmica produtiva, desenvolvimento territorial, políticas públicas e organização das cadeias produtivas.

Este projeto possui natureza predominantemente analítica e técnico-científica, envolvendo integração de bases de dados, análise territorial da logística agropecuária, avaliação de políticas públicas e elaboração de diretrizes estratégicas para atuação estatal. Tais atividades demandam competências acadêmicas especializadas e independência analítica, características próprias de instituições públicas de ensino e pesquisa. Nesse sentido, a execução por meio de Termo de Execução Descentralizada, conforme previsto no Decreto nº 10.426/2020, mostra-se instrumento adequado para viabilizar a cooperação entre instituições públicas federais, permitindo mobilizar conhecimento científico qualificado em apoio à formulação e ao aprimoramento de políticas públicas.

Do ponto de vista do problema público a ser analisado, destaca-se que o Cedeplar situa-se como um dos principais centros com atuação regional na Amazônia e vem conduzindo pesquisas na região de forma contínua e em diferentes contextos desde a década de 1970 até o presente. Por outro lado, a agenda sobre a transição verde também se situa-se como um dos tópicos relevantes da atuação do centro que possui longa parceria com Universidades da região (UFPA, UFAC), além de uma parceria do o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

Diante desse contexto, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo central apresentar um diagnóstico atualizado da Amazonia brasileira e fornecer elementos analíticos para que um projeto de inserção alternativa da região possa ser pensado e proposto.

O projeto está estruturado em fases complementares que, de forma integrada, fornecem as bases para um entendimento abrangente da região Amazônica no contexto brasileiro, a construção de cenários alternativos e seus impactos. Ao final, espera-se produzir subsídios técnicos consistentes para a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial integrado de baixo carbono para a Amazônia.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

( ) Sim

(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

( ) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

( ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2°)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado: Pagamento de custos indiretos da Fundação a ser contratada, correspondendo a 8% do valor global, adicionado dos custos indiretos da UFMG, correspondendo a 12% do valor global, conforme disciplinado pela Resolução 13/2022 do Conselho Universitário da UFMG.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
PRODUTO 1	Plano de trabalho detalhado, com cronograma de atividades	Relatório	1	R$ 330.810,00	R$ 330.810,00	JUL/26	AGO/26
PRODUTO 2	Diagnóstico Socioeconômico da Região Amazônica	Relatório	1	R$ 661.621,62	R$ 661.621,62	SET/26	NOV/26
PRODUTO 3	Modelagem e cenários	Relatório	1	R$ 496.216,21	R$ 496.216,21	DEZ/26	JAN/27
PRODUTO 4	Recomendações e Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	Relatório	1	R$ 165.405,51	R$ 165.405,51	FEV/27	FEV/27
				TOTAL PRODUTOS	R$ 1.654.054,15		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
JULHO/2026	R$ 1.654.054,15

O orçamento total da pesquisa é de R$ 1.654.054,15. Estão inclusos nos valores desta proposta todos os custos diretos e indiretos, notadamente o valor dos serviços, os tributos e encargos incidentes, as taxas da Fundação de Apoio (20%) e eventuais despesas de viagem, traslados, deslocamento, hospedagem e outros custos operacionais.

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33900000 - Execução do projeto	Não	R$ 1.323.243,34
33900000 - Taxas Resolução 13/2022 e Custos Operacionais Fundação de Apoio	Sim	R$ 330.810,81

12. PROPOSIÇÃO

Belo Horizonte/MG, *na data de sua assinatura.*

Documento assinado eletronicamente

ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, *na data de sua assinatura.*

Documento assinado eletronicamente

FRANCISCO GAETANI

Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado (SETE/MGI)

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gaetani**, **Secretário(a)**, em 02/07/2026, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Fernandes Moreira**, **Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62546177** e o código CRC **96A9F756**.

Referência: Processo nº 18001.001043/2026-13. SEI nº 62546177